

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a> , para dispor sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 16. <b>Em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022</b> , a alíquota do imposto sobre a renda <b>retido</b> na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a> , na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, corresponderá a:	“Art. 16. <b>Fica reduzida</b> <sup>^</sup> a alíquota do imposto sobre a renda <sup>^</sup> na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a> , na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, <b>para</b> :
I – (VETADO);	I - <b>zero</b> , de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023;
II – <b>1,5%</b> (um <b>inteiro e cinco décimos</b> por cento), entre 1º de janeiro <b>de 2020</b> e 31 de dezembro de 2020.	II - <sup>^</sup> um <sup>^</sup> por cento <sup>^</sup> , <b>de</b> 1º de janeiro <sup>^</sup> a 31 de dezembro de 2024;
	III - <b>dois por cento</b> , de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025; e
	IV - <b>três por cento</b> , de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026.” (NR)
	<b>Art. 2º</b> Ficam revogados:
<a href="#">Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009</a>	I - o art. 21 da <a href="#">Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009</a> ;
Art. 21. O art. 16 da <a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a> , passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 16. Fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do imposto de renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a> , na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa por fonte situada no País a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2011.” (NR)	
<a href="#">Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</a>	II - o art. 45 da <a href="#">Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</a> ;
Art. 45. O art. 16 da <a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>“Art. 16. Fica reduzida a 0 (zero), em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2016, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a>, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, até 31 de dezembro de 2013.” (NR)</p>	
<p><a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a></p> <p>Art. 89. O art. 16 da <a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 16. Fica reduzida a 0 (zero), em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a>, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, até 31 de dezembro de 2019.” (NR)</p>	<p>III - o art. 89 da <a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a>; e</p>
<p><a href="#">Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020</a></p> <p>Art. 1º O art. 16 da <a href="#">Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 16. Em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022, a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a>, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, corresponderá a:</p> <p>I – (VETADO);</p> <p>II – 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.” (NR)</p>	<p>IV - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020</a>.</p>
	<p><b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.</p>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo